

Práticas educativas e aprendizagens formais e informais: encontros entre cidade, escola e formação de professores

Bravo Nico*

Aprendemos em qualquer circunstância. Aprendemos na circunstância da família, com a mãe, com o pai, com os irmãos, com os avós, com as tias, com os tios, com as primas, com os primos... Aprendemos na circunstância da rua. A rua é a sociedade a fluir. A rua é o exterior da família. Entre a família e a rua há, continua a haver, uma linha de fronteira. A família é um mundo, mas a rua é um mundo outro, imenso, complexo, temeroso, fascinante. Se tirássemos a cada um de nós o que aprendemos, até hoje, na rua, que ficava? (Patrício, M., 2004, p. 13).

A aprendizagem não tem fronteiras físicas, sociais, culturais ou institucionais. Na realidade, os conhecimentos que acumulamos, as capacidades e competências que edificamos ou as atitudes que desenvolvemos são o resultado da totalidade dos episódios de aprendizagem que, ao longo de toda a nossa vida e em todas as suas dimensões, vamos concretizando.

Como se pode inferir da citação que efetuamos de Patrício (2004), o que somos resulta daquilo que aprendemos em todas as circunstâncias vitais, das quais fazem parte ambientes de aprendizagem de características muito diversas. Desde os

* Universidade de Évora.

in NICO, B. (2007). "Práticas Educativas e Aprendizagens Formais e Informais: Encontros entre cidade, escola e formação de Professores". in Inês Bragança et al (Orgs.) *Vozes da Educação: Memórias, histórias e formação de professores*. Petrópolis: DP et Alii Editora Ltda.

ambientes de aprendizagem mais informais, que são próprios do complexo contexto social em que existimos – com todas as circunstâncias de contato humano, mais ou menos estruturado, que ocorrem quotidianamente – até aos ambientes mais formais e intencionalmente organizados, próprios das instituições que assumem a aprendizagem como o objetivo fundamental da sua atividade.

Na realidade, aprender não é um comportamento exclusivo dos ambientes escolares. Muito pelo contrário, pois basta observar, com atenção, a realidade em que vivemos, para identificarmos exemplos, extraordinariamente criativos e eficazes, de aprendizagem concretizados por indivíduos e comunidades cuja relação com a educação escolar é frágil ou, em alguns casos, inexistentes. Por outro lado, verifica-se, hoje, um fenômeno de sentido inverso: à medida que os indivíduos adquirem níveis crescentes de escolarização, tendo como consequência que as respectivas aprendizagens formais se vão estruturando e sedimentando, vão procurando ambientes de aprendizagem menos institucionais e mais individualizados, realidade que hoje vai sendo estimulada e incrementada pela inovação tecnológica e pela menor dependência dos processos de aprendizagem da presença física dos indivíduos em espaços e tempos físicos de aprendizagem.

Alguns vértices das aprendizagens quotidianas

i) Por que se aprende

Aprendemos porque queremos, podemos e decidimos.

Querer, Poder e Decidir são os três principais pilares em que se funda o processo de aprendizagem. De fato, de acor-

do com Berbaum (1992), só aprende quem decide aprender, sendo que esta opção só será verdadeiramente real se, anteriormente a ela, estiverem reunidas duas condições básicas: querer e poder aprender.

Decidir aprender significa exercer, de forma autônoma e livre, um direito: *o direito de aprender*. Só exerce o seu direito à aprendizagem quem é livre de o decidir e não se encontrar incapacitado ou impedido de o concretizar.

O que resulta desta reflexão é que, ainda hoje, o exercício do Direito à Aprendizagem não se encontra, universalmente, garantido, particularmente no que aos ambientes formais e escolares diz respeito.

De fato, muitos indivíduos não têm acesso aos sistemas educativos dos países em que residem e muitos trabalhadores não têm oportunidade de realizar formação adequada ao seu desempenho profissional. Milhões de pessoas, em todo o mundo, continuam analfabetas durante toda a sua existência e muitos outros milhões exercem, durante todos os ciclos da respectiva carreira profissional, atividade laboral em condições em que a qualificação e a formação não fazem parte do seu quotidiano.

Nestas condições, em que o acesso e a permanência nos contextos formais de aprendizagem são frágeis e intermitentes – quando não são simplesmente inexistentes –, os ambientes não formais e informais de aprendizagem assumem-se como as únicas alternativas disponíveis para a realização, em condições obviamente mais desvantajosas e desiguais, do direito à aprendizagem. É nestas circunstâncias que é duplamente importante o papel das instituições da sociedade civil e das redes comunitárias de natureza social, na construção local de ambientes de aprendizagem, alternativos, coerentes

tes e sistêmicos, que possibilitem aos indivíduos o acesso a oportunidades de formação e educação que promovam a sua qualificação individual e a da comunidade a que pertencem. A este propósito, apresentamos o caso da Escola Comunitária de São Miguel de Machede (em Portugal), instituição onde trabalhamos, cívica e voluntariamente, há uma década (Nico, 2006).

ii) O que se aprende?

Aprendemos tudo.

Aprendemos a cultura humana global e a cultura local construída e disponibilizada pelo território físico e social onde vivemos; a cultura em que crescemos e a cultura daqueles com quem nos encontramos, ao longo da vida; a minha cultura e a cultura do outro.

É no encontro entre as aprendizagens concretizadas nos ambientes formais – de natureza menos territorializada, com um cunho menos local e sendo o resultado da decisão dos grupos culturalmente dominantes – e as que são realizadas nos contextos não formais – que decorrem mais das características físicas, sociais e culturais dos territórios em que vivemos – que resultará o perfil dos conhecimentos que construímos, das competências que desenvolvemos e operacionalizamos ou das atitudes que manifestamos.

Ambas as dimensões são fundamentais na edificação da nossa personalidade e na determinação da nossa infra-estrutura cognitiva e afetiva.

Neste contexto, torna-se fundamental que a Escola acolha, no seio da sua proposta curricular, os contributos de todas as fontes que podem e devem concorrer para uma adequada formação humana, técnica, artística e moral dos

indivíduos. É nesta postura de humildade curricular que a Escola pode contribuir para uma, dinâmica e justa, osmose entre o conhecimento formal e oficial e o conhecimento local, normalmente de matriz não formal ou informal; entre o patrimônio disponibilizado pelos manuais escolares e o que resulta da atividade científica de identificação, recolha e caracterização do que existe no contexto local; entre a técnica que os dispositivos didáticos certificados encerram e aquela que decorre da atividade humana própria do local e das suas circunstâncias particulares.

iii) Como se aprende?

Aprendemos de todas as formas possíveis.

Não só o caráter individual da arquitetura cerebral determina a singularidade e exclusividade do processo de aprendizagem de cada um (Damásio, 1995; Caldas, 2002), como também a peculiaridade da circunstância vital de cada indivíduo concorre para a existência de múltiplas formas de aprendizagem, numa variedade que hoje é, cada vez mais, uma evidência incontornável.

Por outro lado, a técnica e a tecnologia, nomeadamente as novas formas de acesso e utilização da informação, mudaram, para sempre, a forma como cada indivíduo se apropria das suas aprendizagens. Atualmente, a presença física em determinados local e tempo já não é uma condição necessária para realizar aprendizagens. De fato, são crescentes e cada vez mais freqüentes, as situações em que os indivíduos aprendem com recurso às chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação, fato que tem ocorrido para duas realidades simultâneas: a crescente exclusão de quem não tem acesso a essa plataforma tecnológica e a tendência

de crescente isolamento relacional de quem a elas recorre freqüentemente.

Tornar a tecnologia uma ferramenta que promova o Direito à Aprendizagem, utilizando-a como facilitadora do contato do indivíduo com o mundo de hoje e de outras épocas, tornando-a um veículo de maior contato humano e de mais fácil participação cívica e social é um desafio que hoje se coloca a uma Escola socialmente responsável, que estende a sua ação não só aos que nela aprendem, mas também aos que, no seu exterior, reclamam o seu direito a nela entrar.

iv) Onde se aprende?

Aprendemos em todos os sítios e em todas as circunstâncias.

Como já anteriormente referimos, a aprendizagem é cada vez menos prisioneira dos contextos físicos limitados, das palavras escritas nos manuais ou da ação orientada dos dispositivos didáticos.

Nunca, como na atualidade, existiram tantas oportunidades de aprendizagem nos mais diversificados contextos em que cada indivíduo se movimenta. No entanto, apesar desta disponibilidade diversificada, nem todas as aprendizagens realizáveis se encontram em condições de, apesar de qualificarem o indivíduo, concorrerem para uma certificação, formal e socialmente reconhecida, de quem as concretiza. É aqui que, novamente, a Escola deve receber, reconhecer, validar e certificar, no seu seio, as aprendizagens realizadas pelos indivíduos, nos seus percursos pessoais, profissionais e cívicos.

Assumir a Escola como uma oportunidade de realizar aprendizagens e de as reconhecer, mesmo que estas não tenham ocorrido no seu seio, significa atribuir uma nova geo-

metria axiológica e social ao conceito de Escola e assumir esta definitivamente como o ponto de encontro e de diálogo entre as aprendizagens formais e as não formais. Significa assumir a Escola como a plataforma onde as aprendizagens nascem, se desenvolvem e saem para a vida e onde as que nasceram e se desenvolveram na vida vêm, para ganharem uma relevância formal equivalente às primeiras. Esta Escola seria aquela que promoveria a Igualdade de Oportunidades no seio de todas as Aprendizagens.

Promover a Igualdade de Oportunidades e a Igualdade de Dignidade de todas as Aprendizagens – independentemente do local e das circunstâncias onde nasceram e se desenvolveram – é assumir a Igualdade de Dignidade para todas as Culturas.

v) Com quem se aprende?

Aprendemos com todos, uns com os outros.

A certeza que temos é que o futuro irá conduzir-nos a sociedades cada vez mais heterogêneas, nas quais a cultura será o resultado do encontro de muitas culturas. A Escola traduz, na atualidade – e continuará a fazê-lo no futuro – esta potencial diversidade e a transculturalidade daí decorrente.

Aproveitar as diferenças que todos temos uns dos outros – consequência das diferentes idades, circunstâncias econômicas, sociais e culturais, religiosas, ideológicas, etc. – entendendo-as como oportunidades de potencial encontro e construção de novos patamares de pensamento e de representação do mundo, é o único caminho a percorrer. Até porque é o caminho mais inteligente e o que maiores benefícios trará a toda a humanidade, numa perspectiva de desenvolvimento, humana e ambientalmente, sustentável.

Aprender a viver com os outros, em Paz e em Parceria ativa e responsável, é uma das grandes finalidades da Escola de todos os tempos (Morin, 2000).

vi) Aprender a favor do quê?

Aprendemos a favor dos Ideais e dos Valores em que acreditamos.

A Democracia funda-se no respeito pelas diferenças. São, pois, legítimas todas as leituras e representações da realidade que decorram diretamente dos nossos sistemas axiológicos e das nossas convicções. A Escola deve, por isso, contribuir para a remoção de todas as barreiras físicas, sociais e culturais que impeçam essa Liberdade de Afirmação e Expressão Individual, nos planos axiológico e político.

Em jeito de conclusão...

A Escola deve ser, na atualidade, um lugar de chegada e de partida. Como se fosse um largo, da forma como Manuel da Fonseca (escritor português) o entendia: um largo que foi sempre um espaço de aprendizagem, onde se aprendia quase tudo, com quase toda a gente, em quase todo o tempo e de todas formas. Uma aprendizagem com uma geometria própria de quem possui uma disponibilidade e uma vontade próprias de quem gosta de aprender no convívio com o outro, numa nova interpretação da vizinhança típica dos largos das aldeias, das vilas e das cidades de tempos que vão ficando prisioneiros da nossa memória.

Nesta Escola, espaço e tempo de encontro entre as diferenças humanas, de natureza biológica, social e cultural, confluem hoje aprendizagens construídas em contextos muito diversos, que se entrecruzam e se devem enriquecer.

A Escola, tal como a Cidade, deve ser um momento de Liberdade e de construção de uma Identidade. A diferença, a heterogeneidade, a diversidade e o contraditório próprios da Escola e da Cidade são circunstâncias extraordinárias que abrem oportunidades de comparação e de afirmação de uma singularidade pessoal e comunitária.

Aprender contribui para a aquisição da capacidade de querer, poder e decidir a própria vida. A Escola deve contribuir para essa fundamental Liberdade.

Referências Bibliográficas

BERBAUM, J. (1992). *Desenvolver a Capacidade de Aprender*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus;

CASTRO-CALDAS, A. (2002). *O Cérebro Analfabeto. A influência do conhecimento das regras da leitura e da escrita na função cerebral*. Lisboa: Bial;

DAMÁSIO, A. (1995). *O Erro de Descartes - Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Lisboa: Publicações Europa-América;

MORIN, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: Cortez Editora;

NICO, B. (2004). "A Educação no epicentro do desenvolvimento local: o caso da freguesia de São Miguel de Machede". in *Actas do III Simpósio sobre Organização e Gestão Escolar - Políticas e Gestão Local da Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 323-327;

NICO, B. (2006). "Quando o nosso futuro também é uma questão nossa". in *Memória Alentejana*. n. 19/20. p. 69-71;

PATRÍCIO, M. (2004). "Aprender na Escola do Alentejo". In: José Nico et al. (Orgs.). *II Encontro Regional de Educação - Aprender no Alentejo*. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. p. 13-16